

EMENDA Nº - PLEN
(ao PL nº 1.143, de 2021)

Inclua-se o § 6º no art. 5º-A acrescido à Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, na forma do PL nº 1.143, de 2021, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º-A.

.....
§ 6º Os valores a serem devolvidos aos consumidores, através do desconto nas tarifas, deverão ser corrigidos pela variação do IPCA, índice oficial de inflação do governo, acumulada no período, contada das datas das cobranças indevidamente realizadas.

.....”

JUSTIFICAÇÃO

Entendemos que a redução das tarifas pagas pelos consumidores de energia elétrica, mediante descontos às custas dos tributos recolhidos indevidamente pelas empresas distribuidoras de energia elétrica, deve considerar a correção monetária dos valores indevidamente recolhidos como tributos e que serão então reembolsados aos consumidores prejudicados pela falha do Estado.

Cabe recordar que tais recursos serão reembolsados e repassados aos consumidores sob a forma de descontos nas tarifas, nos termos do RE n. 574.706 (Tema 69), julgado com repercussão geral, pelo Supremo Tribunal Federal.

Se houve uma cobrança tributária indevida sobre os consumidores de energia elétrica, que os valores que lhes foram subtraídos



no passado sejam agora reembolsados integralmente, sem os efeitos da corrosão temporal do poder de compra da moeda.

Diante do exposto, conclamo as colegas e os colegas Senadores a aprovar essa emenda.

Sala das Sessões,

Senadora ELIZIANE GAMA
(CIDADANIA/MA)



SF/21294.72004-78